

Foliaduto, Ouro Negro e Hígia: um governo marcado por escândalos

Nem só de não realizações e feitos viveu o governo Wilma de Faria durante os últimos sete anos. Nesse período, alguns escândalos políticos tendo como pano de fundo o desvio de dinheiro público também surgiram com força e acabaram minando setores do governo além da própria governadora, que viu, em todos eles, a participação de familiares, como o irmão Carlos Faria e o filho Lauro Maia. No entanto, até hoje a Justiça ainda não deu nenhuma resposta à sociedade sobre o sumiço dos recursos nem puniu os responsáveis.

Logo no início do governo, um escândalo nacional de sonegação fiscal marcado pelo pagamento de propina a agentes públicos e pessoas ligadas a diversos governos estaduais respingou no Governo Wilma. O esquema, batizado de 'Ouro Negro', foi investigado pela Polícia Federal, que flagrou,

através de grampos telefônicos, uma conversa entre o empresário Amadeu Moreira Ribeiro de Carvalho e um suposto filho da governadora Wilma de Faria. A denúncia foi publicada numa reportagem pela revista Isto É!, em 2004. Pelo esquema, o empresário Amadeu obteve isenção fiscal para que uma de suas empresas - a American Distribuidora - retirasse de Manguinhos, no Rio de Janeiro, gasolina livre de impostos. Amadeu faturava um extra de R\$ 1 por litro de combustível vendido. Segundo a PF, o homem que apresentou o empresário à cúpula do governo potiguar foi o ex-presidente da Data Norte, Raimundo Hélio Fernandes. De acordo com a investigação, parte das operações passou por familiares da governadora, como a secretária de Assuntos Sociais, Márcia Maia, e seu outro filho, Lauro

Maia, que participou, junto com o subsecretário de Tributação, Fernando Soares, da feitura do ofício para a refinaria de Manguinhos que confirmava regime especial de tributação da American. Em pronunciamento dado assim que a Justiça aceitou a denúncia, a governadora atribuiu as irregularidades referentes à concessão de regime especial à empresa de Amadeu ao governo anterior (sob gestão do ex-governador Fernando Freire), revogadas logo no início de sua administração.

Já em 2006, a cultura potiguar levou um baque com a descoberta de um esquema que usou a Fundação José Augusto - o órgão gestor da cultura estadual - para desviar mais de R\$ 2 milhões através da emissão de créditos suplementares (verba extra não prevista no Orçamento Geral do Estado) sob o argumento de que o dinheiro seria

usado para fomentar a cultura de municípios do interior. O esquema foi batizado pela imprensa de Foliaduto porque, para justificar o destino da verba desviada, o governo 'inventou' a realização de 20 shows no carnaval de 2006, em vários municípios, que não chegaram a acontecer.

Durante as investigações do caso, o MP descobriu também que o mesmo modus operandi do esquema no carnaval foi usado no réveillon de 2005.

Para os promotores que apresentaram a denúncia à Justiça após quatro meses de investigação, o mentor do Foliaduto teria sido o chefe da Casa Civil na época e irmão da governadora, o médico Carlos Faria, que autorizava verbalmente as despesas pagas com o dinheiro do Foliaduto. Além dele, também foram acusados de participar do esquema o coordena-

dor do gabinete civil, Ítalo Alencar Gurgel, os ex-diretores da fundação José Augusto, Haroldo Sérgio Correia (financeiro) e Luiz Antônio Pinheiro (administrativo), o empresário Fabiano Motta e os servidores efetivos da FJA, Cicero Duarte da Costa e Jefferson Pessoa Tavares.

No caso do Foliaduto, a governadora destacou o controlador geral do Estado, Jorge Galvão, para investigar o problema em âmbito administrativo, mas até hoje nenhuma explicação foi dada.

Outro escândalo que acabou manchando o governo Wilma e continua sem resposta ficou conhecido pelo desvio de mais de R\$ 36 milhões da saúde através de fraudes em licitações e prorrogação indevida de contratos de terceirização de mão-de-obra junto à secretaria estadual de Saúde Pública. O esquema foi desmontado pela Polícia Fe-



Lauro Maia acusado na Hígia

deral em junho de 2008 e envolveu 15 pessoas entre ex-auxiliares do governo, servidores públicos, empresários e o filho da governadora Wilma de Faria, o advogado Lauro Maia, acusado pelo Ministério Público de ser um dos chefes da suposta organização criminoso que realizava as fraudes.

Irregularidades no Programa do Leite

"O Programa do Leite, sem os vícios anteriores que o contaminaram, e, agora revitalizado pela ação energética de meu governo, que não permitirá nem desvios e nem o comprometimento de sua qualidade, irá, desta feita, cumprir com eficiência e responsabilidade, a finalidade maior para a qual foi criado: combater a fome dos excluídos necessitados!"

Apesar do discurso incisivo da governadora Wilma de Faria na primeira mensagem, em 2003, o Programa do Leite sofreu algumas baixas durante os últimos anos. Logo na primeira gestão, indícios de irregularidades na compra do leite junto aos produtores levaram a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito pela Assembleia Legislativa. A CPI, que teve como relator o deputado estadual José Adécio (DEM) investigou o problema com base no Relatório da Comissão Especial de

Auditoria instituída por força do decreto estadual nº 16.685/03 que revelou irregularidades como superfaturamento de leite de mais de R\$ 9 milhões. Outro ponto que chamou a atenção no documento foi o fato de que em 68,5% dos litros de leite analisados foi encontrada a presença de cloriformes fecais. No entanto, apesar do relatório e da CPI, ninguém foi punido até hoje. Na edição de estreia, em 17 de novembro do ano passado, o NOVO JORNAL publicou uma reportagem sobre o Programa do Leite e constatou que muita gente também reclama da qualidade do produto, embora todos agradeçam a oportunidade de receber o alimento gratuitamente.

A reportagem ouviu vários relatos de pessoas reclamando do fato do leite também talhar assim que levam à panela (quando o leite fica pastoso, azedo, como coadilhado, e não deve ser consumido

puro). Especialistas do ministério da Agricultura e do Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do RN (Idiarn) chegaram a cogitar a possibilidade da má conservação do leite antes da entrega à população. O próprio governo admitiu que não existe fiscalização nas doações. A própria diretora do Idiarn, Tereza Cristina Faria Ribeiro, afirmou que já flagrou irregularidades no interior. "Em algumas viagens, em locais onde a gente para comprar fruta, já vi o leite sendo entregue à população em isopores, de forma irregular. Isopor não segura a temperatura do leite, o que pode deixá-lo azedo", afirmou.

Segundo o governo, o Programa do Leite atinge os 176 municípios do RN num total de 155 mil litros de leite distribuídos gratuitamente três vezes por semana. Para manter o programa, o governo investe R\$ 85 milhões por ano (R\$ 7,2 por ano).



Leite distribuído pelo governo apresentou coliformes fecais

ELEIÇÕES

RN pode ganhar mais um deputado federal e três estaduais

O Rio Grande do Norte poderá ganhar mais um deputado federal e três deputados estaduais a serem eleitos em outubro. Uma minuta de resolução do Tribunal Superior Eleitoral já a disposição no site do TSE na internet estabelece as bancadas de cada estado na Câmara dos Deputados e prevê que o Rio Grande do Norte passará a ter nove deputados federais.

A composição das bancadas nas Assembleias Legislativas também acompanha esse aumento no número de vagas na Câmara federal.

Todos os anos de eleição, o TSE baixa uma resolução determinando a composição das bancadas federais de acordo com a variação da população. Este ano, o ministro Arnaldo Versaini irá fazer uma audiência pública no dia 24 de fevereiro, antes de baixar a resolução, mas já publicou a minuta a ser debatida na audiência.

A composição levou em conta

a estimativa populacional divulgada pelo IBGE no dia 1º de julho do ano passado.

Pelo texto da minuta, os estados do Rio de Janeiro e da Paraíba perdem duas vagas de deputados federais cada um na próxima legislatura. Rio Grande do Sul, Paraná, Maranhão, Goiás, Pernambuco e Piauí perdem, por sua vez, uma cadeira na Câmara cada.

O Pará é o estado que mais ganha em vagas, sobe de 17 para 20 deputados federais a partir de 2011. Minas Gerais vem em seguida, com aumento de duas cadeiras em sua bancada. Já Amazonas, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia e Santa Catarina ganham um deputado cada um.

Permanecem inalteradas as representações de São Paulo, Espírito Santo, Alagoas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Sergipe, Rondônia, Tocantins, Acre, Amapá e Roraima.

Após ouvir as sugestões na au-

diência pública, o ministro Arnaldo Versaini, irá submeter a minuta de resolução ao plenário do TSE. Caso seja aprovada sem alterações, a resolução modifica também as Assembleias Legislativas. De acordo com a lei, os Estados que têm até 12 deputados federais podem ter na Assembleia até o triplo do número de deputados federais. No caso do Rio Grande do Norte, se ficar com nove federais, poderá ter até 27 deputados estaduais, como todas as Assembleias decidem pelo número máximo, esse será o número de deputados estaduais a serem eleitos este ano caso a minuta vire resolução do jeito que está.

As alterações no número de deputados federais por estado buscam cumprir a Constituição Federal (artigo 45, parágrafo 1º) e a Lei Complementar 78/93, que disciplinam que a quantidade de deputados federais deve ser proporcional à população dos estados e do Distrito Federal. Essa lei esta-

belece que a bancada dos Estados e do Distrito Federal deve ser proporcional à população com base em informações do IBGE do ano anterior à eleição e não pode ultrapassar 513 deputados federais. A lei estabelece ainda que nenhum Estado pode ter menos de oito ou mais de 70 deputados federais.

A última mudança na representação de um estado na Câmara dos Deputados ocorreu em 1994, com o aumento da bancada de São Paulo para 70 parlamentares.

Este ano, o TSE foi provocado pela Assembleia Legislativa do Amazonas, justamente tendo como base o dispositivo constitucional e a lei complementar.

Em ano de eleições gerais, o TSE edita resolução sobre a composição da Câmara dos Deputados para a futura legislatura. Pelo calendário eleitoral, todas as resoluções das Eleições 2010 devem estar aprovadas pelo plenário do Tribunal até 5 de março.



Ministro Arnaldo Versaini irá submeter a minuta de resolução ao plenário do TSE